

# Alternativas de desenvolvimento no Brasil

**“Enfrentar a ‘restrição externa’ é o sine qua non do desenvolvimento.” Por *José Carlos de Souza Braga***

**S**abe-se que repensar o desenvolvimento requer, inicialmente, análises concretas da conjuntura ao invés de adesão apriorística a padrões válidos em outro momento histórico ou a idealizações construídas no presente.

Cientes dessa premissa, economistas da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo reuniram-se, em Campinas, na última semana de outubro, durante seminário sobre alternativas de desenvolvimento. Apresento uma interpretação desse debate ainda que com “erros e omissões”, de minha inteira responsabilidade, e restringido, pelo espaço, a considerar apenas algumas das contribuições.

Em primeiro lugar, a estabilidade de preços, no Brasil, só se transformará em verdadeira estabilidade monetária na medida em que o déficit em transações correntes no balanço de pagamentos seja reduzido ou superado e os crescimentos do mercado interno e das exportações sejam simultaneamente alcançados. Estabilidade monetária e desenvolvimento compatibilizam-se ao serem metas simultâneas da política econômica.

Enfrentar a “restrição externa” é uma espécie de sine qua non do desenvolvimento, num país periférico que não emite moeda conversível internacionalmente e que não pode ficar dependente, anualmente, de captações financeiras para fechar suas contas. Ampliar as exportações requer uma política ampla e que contemple a resolução dos estrangulamentos da infraestrutura. A “substituição de importações” deve ser meta de política industrial dirigida aos setores que, hoje, ocasionam a parte maior do déficit comercial — complexo eletrônico, químico e bens de capital.

As empresas industriais brasileiras reduziram custos, renovaram produtos, perseguiam novos mercados, ampliaram sua competitividade. Ao mesmo tempo, ocorreram rupturas, desaparecimento de empresas em elos de cadeias produtivas, reduzindo-se os dinamismos interindustriais. Assim, não se tem perspectiva promissora de ampliação dos investimentos na atual conjuntura, tal como analisou José Carlos Miranda, da UFRJ.

Seria, então, pertinente uma ação governamental que conduzisse a uma espécie de “desenvolvimento a convite”. A saber, articular, coordenar e apoiar um conjunto de investimentos privados por parte de empresas líderes nacionais e multinacionais que se estimulem reciprocamente por encadeamento na matriz industrial impulsionando o crescimento.

Para a realização e sustentação dos investimentos públicos e privados é necessário o financiamento de longo prazo, no qual o papel dos bancos públicos será fundamental, segundo análise de Fernando Nogueira da Costa, da Unicamp. Havendo um horizonte de expansão da demanda agregada, resultante desses investimentos “programados”, as grandes empresas ficarão propensas a investir seus lucros acumulados e

trola. Assim, se 100 sacas de um determinado produto correspondem ao valor financiado, são exatamente 100 sacas desse mesmo produto, no futuro, que amortizarão o empréstimo. É fundamental a existência de agências bancárias locais, descentralizadas, que façam a gestão na ponta, lá onde se forma a carteira de crédito junto ao produtor.

A responsabilidade fiscal, a despeito de ter a força da lei, é efetivamente descumprida pelos condicionamentos da política econômica. Em que sentido? O superávit primário decorrente da contenção de despesas de custeio e de investimento, por um lado, e da ampliação de receitas, por outro, é comprometido com o pagamento de uma dívida pública que não pára de crescer em função da política de juros e das desvalorizações cambiais que incrementam a dívida indexada ao dólar. Cada vez mais se exige da dimensão fiscal algo que decorre do âmbito monetário-financeiro e cambial. Segundo Sulamis Dain, da UFRJ, o mais grave é que do lado da receita são as contribuições sociais — via aumento de alíquotas e criação de novas contribuições — que “geram” o superávit. No entanto, o atendimento dos dispêndios da seguridade social está sempre problematizado, como evidencia o caso do Setor Saúde submetido a sucessivos processos de “equacionamento financeiro”. A mudança no manejo que o Ministério da Fazenda faz — via Tesouro — dos recursos da seguridade social deve ter prioridade elevada numa agenda que pretenda “liberar” o fisco para o exercício da política social que já está devidamente financiada pelas contribuições referidas.

No presente quadro econômico internacional, fundar, num país periférico, uma verdadeira estabilidade monetária e arrancar para uma nova fase de desenvolvimento é tarefa difícil considerando os problemas mencionados. Entretanto, debates como esse e outros vão mostrando que é exequível pensar um Brasil diferente daquele que temos vivido desde meados dos anos 90.

## **Estabilidade monetária e desenvolvimento compatibilizam-se como metas simultâneas da política econômica**

contarão com os financiamentos de curta e de média duração concedidos, e sucessivamente renováveis, pelos bancos privados dos quais elas mesmas são os “clientes estratégicos”.

Questão relevante, salientada por Ricardo Carneiro, Unicamp, é a de como direcionar o crédito de bancos públicos para os investimentos mais pertinentes e ter um sistema de crédito interno que não se paute pelas atuais regras de formação de taxas de juros “proibitivas”. Estas, como se sabe, decorrem da opção de política econômica em que o piso da taxa fica elevado para atrair capitais de fora do país e para esterilizar os recursos em reais, via captação pela dívida pública.

Quanto a algumas das condições da agricultura, o professor Guilherme Dias, da USP, ressalta que o risco de investimento tem estado concentrado no produtor, sendo necessário que o setor público exerça papel importante na redistribuição desse risco. Para ele, a Cédula do Produtor Rural é um instrumento de crédito a ser difundido uma vez que o crédito é amortizável através de unidades de medida que o agricultor con-

**José Carlos de Souza Braga**, ex-secretário de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda, é diretor do CERI do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador sênior da Fundap.